

Espelho de correção

Questão 3

Maria, usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, teve todo o acompanhamento de sua gravidez em hospital público da rede pública de atendimento. No dia programado para o nascimento de seu filho (João), foi regularmente internada no Hospital Universitário vinculado à Universidade Federal. Durante o parto, complicações ocorreram, oportunidade em que o médico responsável aplicou técnica comprovadamente ultrapassada e não recomendada pelo Conselho Federal de Medicina, o que ocasionou no nascituro paralisia cerebral parcial e deformidade no seu braço esquerdo.

Diante desse cenário, elabore texto dissertativo e responda justificadamente aos seguintes questionamentos, tomando como base as disposições legais e entendimentos jurisprudenciais sobre o assunto:

No caso dado, em relação à Universidade Federal é aplicável o regime de responsabilidade civil objetiva ou subjetiva? (2,5 pontos)

Ideia de resposta: responde o Estado objetivamente, com base no art. 37, §6º da CRFB, considerando o caso proposto no enunciado ser uma hipótese de responsabilidade civil por ação. Diferentemente, para os casos de omissão, doutrina e jurisprudência majoritárias explicam que a responsabilidade estatal será examinada pelo viés subjetivo, oportunidade em que prevalece a teoria da culpa do serviço.

Cabe, portanto, ao candidato explicar devidamente o regime de responsabilidade civil do Estado, com fulcro no art. 37, §6º da CRFB.

A culpa do médico é requisito essencial para que se conclua pela responsabilização civil da Universidade Federal? (2,5 pontos)

Ideia de resposta: o candidato deve apresentar raciocínio congruente, seja respondendo de maneira afirmativa ou negativa, de sorte que ambas as respostas podem, em tese, ser consideradas corretas, a depender da justificativa.

Em caso de a resposta ser “não”: deve o candidato explicar que a responsabilidade por fato de outrem (art. 37, §6º da CRFB) não exige a perquirição de culpa do agente (médico), mas, tão só, elimina a necessidade de averiguação de culpa do Estado.

Em caso de a resposta ser “sim”: deve o candidato explicar o desenvolvimento de seu raciocínio com base na teoria do risco administrativo, qualificando o serviço realizado dentro do campo de responsabilidade do Estado, em razão da natureza do serviço prestado.

Eventuais outros raciocínios serão igualmente considerados, desde que apresentados de maneira justificada, racional e congruente.

Quais os tipos de dano identificáveis na situação narrada? (2,5 pontos).

Ideia de resposta: deve o candidato apresentar domínio sobre o conceito e tipologia de dano, identificando e explicando de maneira fundamentada a existência de: dano moral (violação a direito existencial merecedor de tutela), dano estético (danos causados à integridade física), dano material (dano emergente e lucros cessantes), dano direto (sofrido diretamente pela vítima) e dano reflexo (efeitos danosos sofridos por outras pessoas em decorrência do dano direto).

Outras nomenclaturas e tipologias de dano podem ser positivamente avaliadas, desde que expostas de maneira racional e fundamentada.

É possível que o médico seja demandado diretamente em uma ação de responsabilidade civil? (2,5 pontos).

Ideia de resposta: deve o candidato abordar a teoria da dupla garantia desenvolvida na interpretação e aplicação do art. 37, §6º da CRFB, assim como ter conhecimento acerca da divergência de posicionamentos entre o STF (historicamente tem aplicado a teoria da dupla garantia: ex. RE 593525 AgR-segundo) e o STJ (há precedente negando a aplicação da teoria da dupla garantia: ex. REsp 1325862/PR).

Haja vista a divergência jurisprudencial, poderia o candidato optar por sustentar uma resposta afirmativa, ou negativa, desde que acompanhada de fundamentação idônea.